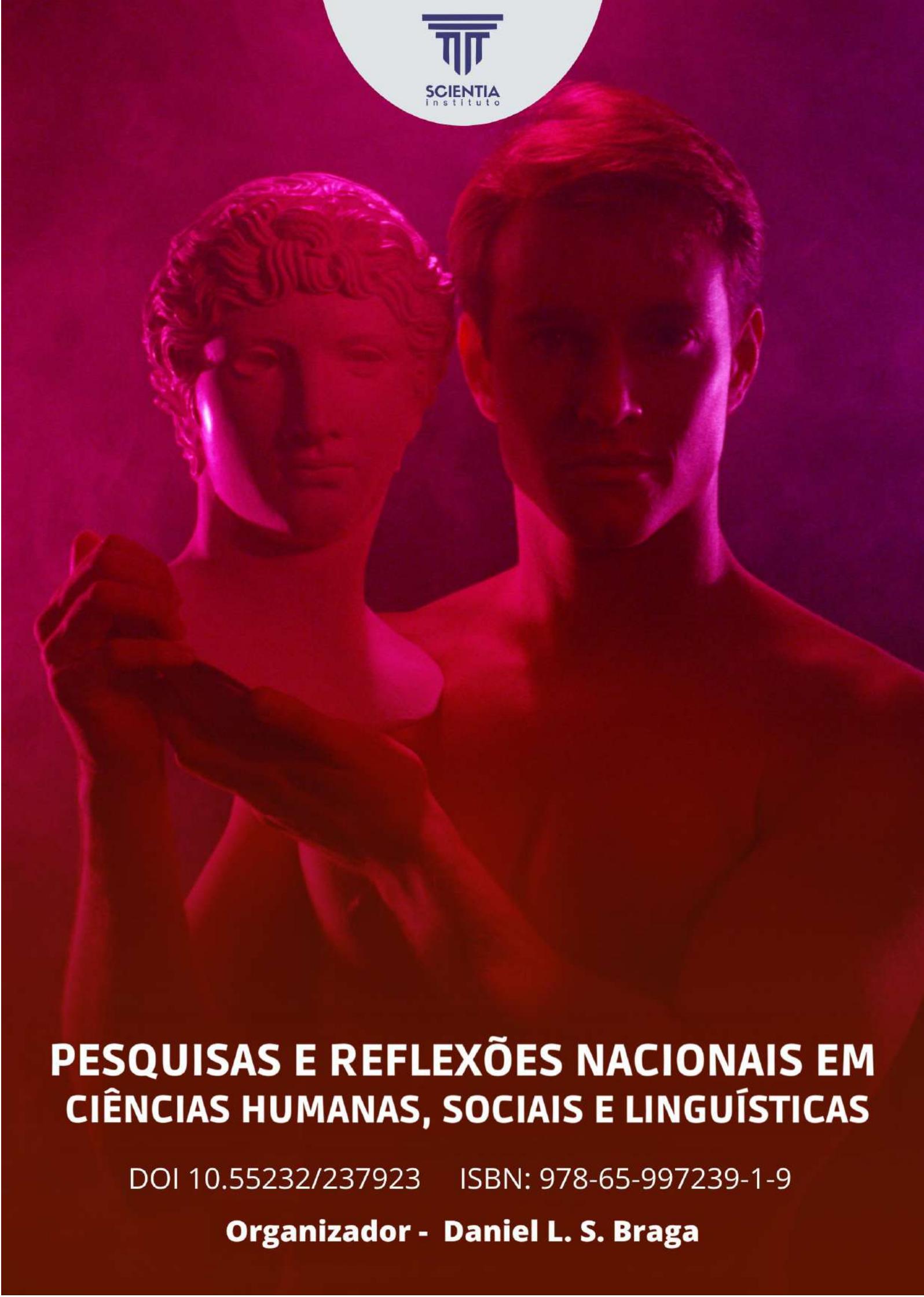




SCIENTIA  
Instituto



**PESQUISAS E REFLEXÕES NACIONAIS EM  
CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E LINGUÍSTICAS**

DOI 10.55232/237923 ISBN: 978-65-997239-1-9

**Organizador - Daniel L. S. Braga**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Pesquisas e reflexões nacionais em ciências humanas, sociais e linguísticas [livro eletrônico] / organizador Daniel L. S. Braga.  
-- Florianópolis, SC : Instituto Scientia, 2022.  
PDF

Vários autores.  
Bibliografia.  
ISBN 978-65-997239-1-9

1. Artigos científicos - Coletâneas 2. Ciências humanas 3. Ciências sociais 4. Inovações  
5. Linguística 6. Multidisciplinaridade I. Braga, Daniel L. S.

Copyright 2022 © Instituto Scientia

(CNPJ 43957433000142)

Todo conteúdo exposto nos capítulos é de responsabilidade dos próprios autores

## **Editor Chefe**

Daniel L. S. Braga

## **Corpo Editorial**

George Luiz Néris Caetano  
Edson Da Silva De Oliveira  
Maria Daniela Vieira Da Silva  
Leonardo Souza De Oliveira  
Maria Aparecida Das Dores  
Patrícia Prudente Costa  
Isabela Monteiro Naves  
Rodrigo Gomes Xavier  
Ana Luiza Machado de Santos  
Ana Julia Pompeo  
Maria Aparecida de Santos Souza  
Caique Silvério Antonio Afonso  
Felipe Gomides Ferreira  
Layara Antonia da Costa  
Isabela Maria Faria de Lima  
Fernanda Lima de Souza Antunes  
João Vitor Ataídes de Souza  
Isabela Moura Neves  
Guilherme Falcão Costa  
Milena Lôbo Xavier  
Rafaela Costa Alves  
Ana Luiza Coelho Diniz

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial do Instituto Scientia. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Corpo Editorial deste Evento, tendo sido aprovados para a publicação.

[www.institutoscientia.com](http://www.institutoscientia.com)  
[contato@institutoscientia.com](mailto:contato@institutoscientia.com)

# APRESENTAÇÃO

O presente livro trata-se de uma coletânea dos artigos científicos submetidos e aprovados no Congresso Nacional Multidisciplinar em Ciência (COMCIÊNCIA) na área científica das Ciências Humanas, Ciências Sociais e Linguísticas.

O Congresso Nacional Multidisciplinar em Ciência (COMCIÊNCIA) foi um evento científico para acadêmicos e profissionais realizado de forma online nos dias 13, 14 e 15 de janeiro de 2022, com o intuito de promover a produção e divulgação científica das mais diversas áreas acadêmicas para todo o país. O evento contou com mais de 800 submissões de trabalhos nas categorias Resumo Simples e Resumos Expandidos e Capítulos de Livro, incluindo artigos de todas as grandes áreas Científicas (Ciências da Saúde, Ciências Biológicas, Ciências Agrárias, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias e Linguagens, Letras e Artes) que foram apresentados em exposição durante os três dias do evento, em concomitância com as palestras ministradas, para as quais tivemos mais de 5000 inscrições. Agradecemos imensamente a participação de todos aqueles que acreditam na produção científica e embarcaram nessa jornada conosco!

DOI: 10.55232/237923

ISBN 978-65-997239-1-9



[www.institutoscientia.com](http://www.institutoscientia.com)  
[contato@institutoscientia.com](mailto:contato@institutoscientia.com)

# SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 - ENSINO DE GERÊNCIA DE PROJETOS DE SOFTWARE UTILIZANDO A METODOLOGIA ATIVA DE APRENDIZAGEM DA SALA DE AULA INVERTIDA - PÁGINA 10

CAPÍTULO 2 - POLÍTICA DE EGRESSOS E AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO EM UM CURSO DE PEDAGOGIA - PÁGINA 19

CAPÍTULO 3 - A ECONOMIA COMPARTILHADA E O DIREITO DO TRABALHO: CONSIDERAÇÕES RELACIONADAS À UBERIZAÇÃO - PÁGINA 19

CAPÍTULO 4 - EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA E PRÁTICA DOCENTE: DIFICULDADES E DESAFIOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM - PÁGINA 38

CAPÍTULO 5 - CONCEPÇÕES DE INCLUSÃO NA VISÃO DE ESTUDANTES DO CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DE UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA DO PARANÁ - PÁGINA 51

CAPÍTULO 6 - EDUCAÇÃO EM SAÚDE E AS ABORDAGENS DE ENSINAGEM NO CURSO DE ENFERMAGEM - PÁGINA 72

CAPÍTULO 7 - PRÁTICAS DE LETRAMENTO E AÇÃO DOCENTE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA ESFERA DIGITAL DURANTE O ENSINO REMOTO - PÁGINA 84

CAPÍTULO 8 - AS VANTAGENS DE SER INVISÍVEL: ANÁLISE FÍLMICA REFERENCIADA NA GESTALT-TERAPIA - PÁGINA 95

CAPÍTULO 9 - ANÁLISE FÍLMICA DE “ESCRITORES DA LIBERDADE” SOB O ENFOQUE COMPORTAMENTAL - PÁGINA 102

CAPÍTULO 10 - PSICOPEDAGOGIA E APRENDIZAGEM HUMANA INFOINCLUIR É NECESSARIO - PÁGINA 110

CAPÍTULO 11 - DESENVOLVIMENTO COGNITIVO NA ADULTEZ TARDIA - PÁGINA 121

CAPÍTULO 12 - TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE (TDAH) NA INFÂNCIA - PÁGINA 131

CAPÍTULO 13 - A GESTÃO DE CONFLITOS NA ÁREA EDUCACIONAL: UM ESTUDO A PARTIR DE UMA ABORDAGEM EMPIRICA - PÁGINA 138

CAPÍTULO 14 - ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: COMO TORNAR O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI) COMO UMA FERRAMENTA INDISPENSÁVEL À PRÁTICA PEDAGÓGICA - PÁGINA 160

CAPÍTULO 15 - PROPOSTA DE UM MODELO TEÓRICO A PARTIR DA CONTABILIDADE GERENCIAL E GESTÃO DE RISCOS PARA OS TEMPOS DE CRISES - PÁGINA 172

CAPÍTULO 16 - O QUE TEMOS INVESTIGADO SOBRE AVALIAÇÃO NO ENSINO DE CIÊNCIAS? UMA ANÁLISE DAS PESQUISAS NAS ATAS DO ENPEC - PÁGINA 195

CAPÍTULO 17 - UMA PERSPECTIVA DOS PAIS A RESPEITO DO ENSINO REMOTO EM PRESIDENTE KENNEDY: UM ESTUDO DE CASO NO ENSINO FUNDAMENTAL - PÁGINA 209

CAPÍTULO 18 - ACIDENTES DE TRÂNSITO, MORTE E LUTO APONTAMENTOS DE ATITUDE FRENTE A MORTE - PÁGINA 237

CAPÍTULO 19 - 60 ANOS DE “A ESTRUTURA DAS REVOLUÇÕES CIENTÍFICAS” DE THOMAS KUHN - PÁGINA 246

CAPÍTULO 20 - A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO ENTRE AS CIÊNCIAS DA NATUREZA E HUMANA - PÁGINA 258

CAPÍTULO 21 - O PROBLEMA DA CONSCIÊNCIA: UMA DISCUSSÃO ENTRE SEARLE E NAGEL - PÁGINA 265

CAPÍTULO 22 - A PRECARIÉDADE E SEUS SENTIDOS NA OBRA VIDA PRECÁRIA DE JUDITH BUTLER - PÁGINA 278

CAPÍTULO 23 - PRÁTICAS DE ATENÇÃO NO CUIDADO COM IDOSOS ADICTOS: UM OLHAR AMPLO E HUMANIZADO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS - PÁGINA 299

CAPÍTULO 24 - NA PRESENÇA DA DIDÁTICA, DANÇA!: RELATO DE EXPERIMENTAÇÕES ARTÍSTICAS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE CIÊNCIAS - PÁGINA 306

CAPÍTULO 25 - TEORIA CRÍTICA DA INQUISIÇÃO EM TOMÁS DE AQUINO - PÁGINA 316

CAPÍTULO 26 - NECROPOLÍTICA, EPSTEMICÍDIO & BIOPODER: AGENTES PARA A DESCONSTRUÇÃO DO HOMEM NO CONTEXTO HISTÓRICO DA AFRODESCENDÊNCIA - PÁGINA 331

CAPÍTULO 27 - ANÁLISE E MAPEAMENTO DE PROCESSOS NO SETOR DE EXPEDIÇÃO DE UMA OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE - PÁGINA 346

CAPÍTULO 28 - ENSINO DE MATEMÁTICA FINANCEIRA VIA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS: UMA PROPOSTA PARA A SALA DE AULA - PÁGINA 390

CAPÍTULO 29 - DISCURSOS MIDIÁTICOS E OS ESTEREÓTIPOS DA VELHICE - PÁGINA 403

CAPÍTULO 30 - MOTIVAÇÃO COMO CHAVE PARA GESTÃO DO COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL - PÁGINA 425

CAPÍTULO 31 - A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E SUAS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS: PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE A SUA PRÁTICA EDUCATIVA NA REDE DE ENSINO DE JOÃO PESSOA - PÁGINA 447

CAPÍTULO 32 - PLANEJAMENTO COM BALANCED SCORECARD E A RELAÇÃO COM A GESTÃO DO CONHECIMENTO NA EMPRESA REAL INTELIGÊNCIA EM NEGÓCIOS - PÁGINA 473

CAPÍTULO 33 - ANÁLISE DO CONTO "A BRUXA DO ARMÁRIO DE LIMPEZA" DE PIERRE GRIPARI SOB A PERSPECTIVA DA HISTÓRIA DAS MULHERES - PÁGINA 493

CAPÍTULO 34 - EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A RESPONSABILIZAÇÃO DOS DIRETORES EDUCACIONAIS - PÁGINA 512

CAPÍTULO 35 - ESTADO DO CONHECIMENTO ACERCA DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: INDICADORES DE QUALIDADE - PÁGINA 522

CAPÍTULO 36 - A COORDENADORIA DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL E AS COMPETÊNCIAS DIGITAIS NECESSÁRIAS À FORMAÇÃO DOCENTE DO SÉCULO XXI - PÁGINA 544

CAPÍTULO 37 - AGRAVOS COGNITIVOS NO PERÍODO PÓS-PANDEMIA - PÁGINA 555

CAPÍTULO 38 - JUNG, FILOSOFIA E RELIGIÃO: UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA ACERCA DA PRESENÇA DE UMA FILOSOFIA DA RELIGIÃO NA PSICOLOGIA JUNGUIANA - PÁGINA 564

CAPÍTULO 39 - PRODUÇÃO DE VIDEOAULAS COMO FERRAMENTA DE CONTEÚDO DIGITAL - PÁGINA 583

CAPÍTULO 40 - REALIDADE VIRTUAL E AUMENTADA NO ENSINO DE BIOLOGIA: UM ESTUDO DE CASO NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - PÁGINA 603

CAPÍTULO 41 - A SUSTENTABILIDADE NA AGENDA 2030 DA ONU COMO QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA DA HUMANIDADE FOME ZERO NA PERSPECTIVA DO ODS 02 - PÁGINA 626

CAPÍTULO 42 - DESENHO, IMPLEMENTAÇÃO, SIMULAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO ORÇAMENTÁRIO E O IMPACTO DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS: UM ESTUDO DE CASO NAS CONCESSIONÁRIAS DE AUTOMÓVEIS - PÁGINA 652

CAPÍTULO 43 - JUSTIÇA RESTAURATIVA E VITIMOLOGIA DA AÇÃO COMO MECANISMOS DE CONTENÇÃO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER - PÁGINA 671

CAPÍTULO 44 - AUTISMO: SUJEITO DO BULLIYNG - PÁGINA 684

CAPÍTULO 45 - A UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIA ATIVA EM SALA DE AULA: UM ESTUDO DE CASO UTILIZANDO JOGOS EMPRESARIAIS - PÁGINA 696

CAPÍTULO 46 - RELAÇÕES ENTRE VIZINHANÇA E PRÁTICAS INTRAESCOLARES: UM ESTUDO DE CASO SOBRE EXPECTATIVAS INSTITUCIONAIS. - PÁGINA 701

CAPÍTULO 47 - O ESTUDO HERMENÊUTICO: DA ANÁLISE INTERPRETATIVA DA DESIGUALDADE E A CONCEPÇÃO DA DESILUSÃO. - PÁGINA 722

CAPÍTULO 48 - LABORATÓRIO VERDE DA PAISAGEM/UNESCO - PÁGINA 735

CAPÍTULO 49 - A SUSTENTABILIDADE NA AGENDA 2030 DA ONU COMO QUESTÃO DE SOBREVIVÊNCIA DA HUMANIDADE – ESTUDO DA FOME ZERO NA PERSPECTIVA DO ODS 02 (OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL) - PÁGINA 751

CAPÍTULO 50 - PRO(G)NATURA: A PARTICIPAÇÃO DE PROJETOS DA COMUNIDADE NA ESCOLA PARA O DESENVOLVIMENTO DAS COMPETÊNCIAS DOS ALUNOS - PÁGINA 780

CAPÍTULO 51 - O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - PÁGINA 802

CAPÍTULO 52 - INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA COMO MEIO DE OBTENÇÃO DE PROVA PENAL. - PÁGINA 813

CAPÍTULO 53 - O “BODE EXPIATÓRIO” NO CENÁRIO PERSECUTÓRIO DA SOCIEDADE PUNITIVA, ATRAVÉS DA TEORIA DE RENÉ GIRARD. - PÁGINA 826

CAPÍTULO 54 - IMPOSTO SOLIDÁRIO: UMA ANÁLISE DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE NO PERÍODO DE 2017 A 2019 - PÁGINA 838

CAPÍTULO 55 - CONTABILIDADE E AS PRÁTICAS GERENCIAIS: UM ESTUDO NAS INDÚSTRIAS DO SETOR CALÇADISTA DO RIO GRANDE DO SUL - PÁGINA 865

CAPÍTULO 56 - COMPETÊNCIAS EMPREENDEDORAS DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE: UMA REVISÃO INTEGRATIVA - PÁGINA 896

CAPÍTULO 57 - DESPERTANDO O PRAZER PELA LEITURA DESDE A EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA PARCERIA ENTRE A FAMÍLIA E A ESCOLA PARA A VIDA - PÁGINA 916

CAPÍTULO 58 - PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE E A DESMOTIVAÇÃO PARA ENSINAR: COMO ISSO AFETA O PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM - PÁGINA 931

CAPÍTULO 59 - INTELIGÊNCIA EMOCIONAL, LIDERANÇA TRANSFORMACIONAL E DESEMPENHO PROFISSIONAL: UMA INVESTIGAÇÃO EM EMPRESAS INCUBADAS - PÁGINA 950

CAPÍTULO 60 - A GÊNESE DA JUSTIÇA NO FENÔMENO JURÍDICO: ENSAIO DE UMA TEORIA IMPURA DO DIREITO - PÁGINA 973

CAPÍTULO 61 - DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: TRANSPORTE COLETIVO RODOVIÁRIO E RESPONSABILIDADES DA GESTÃO PÚBLICA - PÁGINA 995

CAPÍTULO 62 - ESTUDO SOBRE O DIREITO PRIVADO NO BRASIL: CODIFICAÇÃO, UNIFICAÇÃO E CONSTITUCIONALIZAÇÃO - PÁGINA 1009

CAPÍTULO 63 - CAPITALISMO CONSCIENTE: DESAFIOS NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - PÁGINA 1023

CAPÍTULO 64 - TURISMO E SEUS BENEFÍCIOS NA SAÚDE DA TERCEIRA IDADE: UMA ANÁLISE TEÓRICA - PÁGINA 1048

CAPÍTULO 65 - TRANSFORMAÇÕES LEGISLATIVAS SOBRE O DIREITO DOS IDOSOS NO BRASIL - PÁGINA 1075

CAPÍTULO 66 - A LGPD E A UTILIZAÇÃO DE IMAGENS PESSOAIS - PÁGINA 1090

CAPÍTULO 67 - TURISMO DE LUXO: UMA VISÃO DO CLIENTE SOBRE O SETOR HOTELEIRO - PÁGINA 1109

CAPÍTULO 68 - TURISMO E EVENTOS: IMPACTOS DOS EVENTOS SOCIAIS E CORPORATIVOS REALIZADOS DENTRO DOS HOTÉIS NA BARRA DA TIJUCA - RJ - PÁGINA 1128

CAPÍTULO 69 - ANÁLISE DOS DADOS SOBRE CONCLUINTEES NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO BRASIL - PÁGINA 1139

CAPÍTULO 70 - GESTÃO POR PROCESSOS: IMPLEMENTAÇÃO DE PARCERIAS COM A INICIATIVA PRIVADA NO CAMPUS PINHEIRAL DO INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - PÁGINA 1150

CAPÍTULO 71 - NOTÍCIAS NAS REDES: ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DO JORNALISMO LOCAL A PARTIR DA HIPÓTESE DA AGENDA-SETTING - PÁGINA 1179

CAPÍTULO 72 - A PERCEPÇÃO DE PROFISSIONAIS MULHERES SOBRE OS DESAFIOS QUE ENFRENTAM NAS ORGANIZAÇÕES - PÁGINA 1196

CAPÍTULO 73 - LIDERANÇA FEMININA NA VISÃO DE MULHERES QUE ATUAM NO MERCADO FINANCEIRO - PÁGINA 1223

CAPÍTULO 74 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO MANUAL DO PROFESSOR DO LIVRO DIDÁTICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - PÁGINA 1244

CAPÍTULO 75 - A CONDIÇÃO PÓS-MODERNA COMO IMPULSO CRIATIVO PARA A PRÁTICA ARTÍSTICA CONTEMPORÂNEA - PÁGINA 1270

CAPÍTULO 76 - O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA EM CONTEXTOS DE MUDANÇAS LINGÜÍSTICAS - PÁGINA 1282

CAPÍTULO 77 - O SIGNIFICADO DA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA O PROFESSOR UNIVERSITÁRIO - PÁGINA 1304

CAPÍTULO 78 - A FORMAÇÃO DO ALUNO DO CURSO DE LETRAS: SEUS SIGNIFICADOS E SUAS CRENÇAS - PÁGINA 1316

CAPÍTULO 79 - O PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: A INTEGRAÇÃO DOS SABERES TÉCNICO-CIENTÍFICOS COM OS SABERES PEDAGÓGICOS - PÁGINA 1328

CAPÍTULO 80 - O ENSINO DE ARTE NO BRASIL E A LEI 10.639/2003: TRAJETÓRIA HISTÓRICA - PÁGINA 1340

CAPÍTULO 81 - RELAÇÕES ENTRE MPB E DANÇA-TEATRO: O CAMPO EXPANDIDO COMO ESPAÇO DE ENCONTRO NAS OBRAS DE CAETANO VELOSO E WUPPERTAL TANZTHEATER - PÁGINA 1352

CAPÍTULO 82 - PRINCÍPIOS DA DANÇA BUTOH NO ESPAÇO ESCOLAR: A EXPRESSÃO COMO POSSIBILIDADE DE ATIVIDADE EM AULA - PÁGINA 1363

CAPÍTULO 83 - ENSINO DO TEXTO ENTRE A CONFLUÊNCIA DA LINGUÍSTICA APLICADA E LINGUÍSTICA DE TEXTO: SUGESTÃO DIDÁTICA PARA A AULA DE PORTUGUÊS - PÁGINA 1374

CAPÍTULO 84 - QUIZ NA ESCOLA: O APP KAHOOT COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA DE INCLUSÃO E APRENDIZAGEM - PÁGINA 1392

CAPÍTULO 85 - VIDAS SECAS: A PALO SECO VERBAL E VISUAL - PÁGINA 1399

CAPÍTULO 86 - POESIA PERIFÉRICA: ESTÉTICA, SENTIDO E ORALIDADE - PÁGINA 1408

CAPÍTULO 87 - A INCLUSÃO DE ALUNOS COM SURDEZ NA ESCOLA REGULAR - PÁGINA 1425

CAPÍTULO 88 - UMA ANÁLISE DO DESENHO ANIMADO “SID, O CIENTISTA” PARA USO COMO FERRAMENTA DE ENSINO - PÁGINA 1435

CAPÍTULO 89 - APLICATIVOS PARA O ENSINO: UMA MANEIRA DIFERENTE DE ABORDAR A QUÍMICA - PÁGINA 1456

CAPÍTULO 90 - POLÍTICAS DE MEMÓRIA: ESTABELECIDO AS BASES PARA A DISCUSSÃO DA MEMÓRIA DA DITADURA NO BRASIL - PÁGINA 1482

CAPÍTULO 91 - GESTÃO ESTRATÉGICA DA QUALIDADE PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS CONTÁBEIS E DEPARTAMENTOS DE CONTABILIDADE - PÁGINA 1503

CAPÍTULO 92 - CAPDEVER MOTUMBÁ MOTUMBAXÉ: CONTRIBUIÇÕES EDUCADORAS DE/PARA RESISTÊNCIA - PÁGINA 1527

## A INCLUSÃO DE ALUNOS COM SURDEZ NA ESCOLA REGULAR

Ana Elena dos Santos Baiense - Mariana Paganott Rodrigues

**RESUMO:** A sociedade tem criado situações de exclusão deixando os surdos a margem das questões sociais, políticas, culturais e educacionais. Tais situações de exclusão acontecem porque o surdo não é visto através das suas potencialidades, são vistos como incapazes. Achei importante abordar este assunto, porque hoje ainda encontramos muitas barreiras para inclusão das pessoas surdas e uma grande falta de profissionais qualificados para atendê-los, é pertinente falar das suas dificuldades e das conquistas alcançadas por eles. Ultimamente tem se observado um processo de mudanças significativas do olhar da sociedade em relação a questão do surdo, sua língua e cultura. Trata-se, portanto de uma abordagem pertinente que traz à tona o ambiente interacionistas onde há discentes surdos matriculado na sala de aula regular. A inclusão deve ser abordada como uma premissa onde o sujeito surdo seja voz ativa dos contextos sociais, tendo seu reconhecimento como cidadão pleno de direitos, onde não existam diferenças culturais, tendo o acesso a língua de sinais como forma disseminadora da comunicações. Nesse trabalho serão apresentadas propostas que nos levem a pensar em ações sobre a educação escolar dos alunos com surdez, rompendo as barreiras existentes entre os gestualistas e oralistas mostrando novos rumos para as pessoas com surdez. É através da inclusão que percebemos que as pessoas com essa deficiência são seres humanos capazes de agir, interagir e exercer atividades normais do dia a dia como nós ouvintes.

## INTRODUÇÃO

Entender a inclusão dos surdos faz nos reconhecer que uma diferença não é deficiência, uma diferença se não for aceita e compreendida leva a segregação. A comunicação é um fator indispensável para o desenvolvimento do ser humano, pois é por meio da linguagem que o pensamento se organiza e se estrutura.

Os surdos tem uma percepção de mundo diferente de nós ouvintes, eles utilizam as experiências espaço visual, fazendo uso de uma linguagem específica, a língua de sinais, que antes de tudo são imagens que representam o pensamento fazendo parte das experiências vividas nas comunidades surdas.

Usar a língua de sinais é falar com as mãos e ouvir com olhos é interagir com uma cultura que percebe o mundo através dos sinais, que experimenta o deslumbramento quando entende e se faz entender, que convida, que troca, que aceita e que oferece.

Os surdos até meados do século XVI, conforme Dias (2006) eram vistos como ineducáveis; em consequência disto, considerados como inúteis a coletividade. Devido a este fato enfrentavam o preconceito, a piedade, o descrédito.

Há muitos anos, existe um embate político e epistemológico entre os gestualistas e os oralistas que têm ocupado lugar de destaque nas discussões e ações desenvolvidas em prol da educação das pessoas com surdez, responsabilizando o sucesso ou o fracasso escolar com base na adoção de uma ou outra concepção com suas práticas pedagógicas específicas. Enquanto as discussões ficam centradas na aceitação de uma língua ou de outra, as pessoas com surdez não tem seu potencial individual e coletivo desenvolvido, ficam secundarizadas e descontextualizadas das relações sociais das quais fazem parte, sendo relegadas a uma condição excludente ou a uma minoria.

Há evidências de que a maioria das pessoas com surdez profunda, que foram ensinadas pelo Oralismo, desenvolveram uma fala socialmente insatisfatória, originando um atraso no desenvolvimento global, especialmente na aprendizagem, na leitura e na escrita (LACERDA, 1998). Devido ao fato do Oralismo ter como objetivo a inclusão da criança surda na comunidade de ouvintes, visando oferecer condições de desenvolver a língua oral, essa filosofia percebe a surdez como:

[...] uma deficiência que deve ser minimizada através da estimulação auditiva. Esta estimulação possibilitaria a aprendizagem da língua portuguesa e levaria a

criança surda a integrar-se na comunidade ouvinte e desenvolver uma personalidade como a de um ouvinte. Ou seja, o objetivo do Oralismo é fazer uma “reabilitação” da criança surda em direção à “normalidade”, à “não-surdez”. A criança surda deve, então, se submeter a um processo de reabilitação que se inicia com a estimulação auditiva precoce, que consiste em aproveitar os resíduos auditivos que os surdos possuem e capacitá-las a discriminar os sons que ouvem. Através da audição e, também a partir das vibrações corporais e da leitura oro-facial, a criança deve chegar à compreensão da fala dos outros e, finalmente, começar a oralizar (LORENZINI, 2004, p.15).

A nova Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, principalmente para as pessoas com surdez, tem se tornado promissor no ambiente escolar e nas práticas sociais/institucionais. Porém, por mais que as políticas estejam definidas, muitas questões e desafios ainda estão para serem discutidos; muitas propostas, principalmente no espaço escolar, precisam ser revistas e algumas tomadas de posições e bases epistemológicas precisam ficar mais claras, para que realmente, as práticas de ensino e aprendizagem na escola comum pública e também privada apresentem caminhos consistentes e produtivos para a educação das pessoas com surdez.

Pensando na nova Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva inclusiva não adotamos o método de divisão das pessoas com ou sem deficiência, pois, antes de tudo, por mais diferentes que sejamos sempre nos igualamos na convivência, na experiência, nas relações, enfim, nas interações. Não vemos então a pessoa surda como “deficiente”, pois ela não é, a única diferença é que ela não escuta, o que a limita biologicamente sua função de ouvir.

No entanto o problema da educação dos alunos com surdez não pode continuar sendo centrada nessa ou naquela língua, mas deve levar-nos a compreender que o foco do fracasso escolar não está só nessa questão, mas também na qualidade e na eficiência das práticas pedagógicas. É preciso construir um campo de comunicação e interação amplo, possibilitando que as línguas tenham o seu lugar de destaque, mas que não seja o centro de tudo o que acontece nesse processo.

É preciso entender que, mais do que da língua, as que os alunos com surdez precisam de ambientes educacionais estimuladores, que desafiem o pensamento e exercitem a capacidade perceptivo-cognitiva. Pois, são alunos que pensam, raciocinam e que precisam como as demais, de uma escola que explore suas capacidades, em todos os sentidos. No entanto a aquisição da língua de sinais, de fato, não é a garantia de uma

aprendizagem significativa. O ambiente em que o aluno surdo está inserido, em especial o da escola comum, uma vez que não lhe oferece condições para que se estabeleçam mediações simbólicas com o meio físico e social, não exercita ou provoca a capacidade representativa dessas pessoas, conseqüentemente, compromete o desenvolvimento do pensamento e da linguagem.

Sendo criados ambientes propícios para que eles desenvolvam o seu potencial, as marcas do déficit, da falta e da deficiência serão secundarizadas e será exaltado o seu potencial humano. Além disso, o foco deve ser a transformação da escola e das suas práticas pedagógicas excludentes em inclusivas. A inclusão escolar implica mudanças paradigmáticas, ou seja, uma concepção de homem, de mundo, de conhecimento, de sociedade, de educação e de escola, pautado nas dimensões do heterogêneo, da não dualidade, da não fragmentação, das diferenças multiculturais, do original e singular humano.

Acima de tudo a atenção deve estar centrada, primeiramente, no potencial natural que esses seres humanos têm, independente de deficiência, diferença, limites ou mesmo do marcador “surdo”.

Estudar a educação escolar das pessoas com surdez nos reporta não só a questões referentes aos seus limites e possibilidades, mas também aos preconceitos existentes nas atitudes da sociedade para com elas. Essas pessoas enfrentam inúmeros entraves para participar da educação escolar, decorrentes da especificidade do limite que a perda de audição provoca e da forma como se estruturam as propostas educacionais da escola. Muitos alunos com surdez podem ser prejudicados pela falta de estímulos adequados ao seu potencial cognitivo, sócio-afetivo, linguístico e político-cultural, e ter perdas consideráveis no desenvolvimento da aprendizagem, ficando aquém dos demais colegas da escola.

Mediante algumas pesquisas é possível identificar, estudos que se posicionam contrários a escola inclusiva para alunos com surdez, em decorrência da compreensão das formas de representação da surdez e das pessoas com surdez, bem como as propostas que são desenvolvidas para atendê-los na escola comum.

A inclusão escolar implica mudanças paradigmáticas, ou seja, uma nova concepção de homem, de mundo, de conhecimento, de sociedade, de educação e de escola, pautada na heterogeneidade, na não dualidade, na não fragmentação, nas diferenças multiculturais e no que existe de original e singular nos seres humanos.

Precisamos provocar um impacto político-social e educacional, rompendo

com os modos lineares do pensar e do agir humano e reconstruir as escolas de modo que exponha valores e atitudes diferentes, frente as suas práticas educacionais. Há que se pensar em uma escola que se organiza para todos e nas quais todas as diferenças sejam reconhecidas e valorizadas.

Pensando na inclusão escolar do aluno com surdez e de acordo com as propostas interacionistas, em que se colocam crianças, jovens e adultos no ensino regular em escolas comuns, com algumas adaptações curriculares, os alunos ficam a margem do processo educacional, recebendo parcialmente informações dos professores, visto que o ensino não é adequado as suas necessidades. É preciso reconhecer a necessidade de uma reestruturação curricular ampla, e não apenas fazer algumas adaptações na escola comum como a visão interacionista propõe. Esse é o posicionamento de Carmo:

[...] se realmente queremos que os diferentes e os desiguais tenham acesso aos conhecimentos, precisamos superar as relações educacionais hoje existentes na atual estrutura escolar seriada, redimensionar o tempo e o espaço escolar, bem como flexibilizar os conteúdos rumo a uma abordagem integrada que rompa com a compartimentalização do conhecimento. Enfim, precisamos superar de forma radical a atual organicidade escolar brasileira. (Carmo, 2001, p. 47)

Pouco tem si tem sido feito, mas já começam aparecer alguns resultados dos esforços das escolas comuns para se tornarem espaços inclusivos de ensino e de aprendizagem, por meio de práticas pedagógicas que tentam a melhoria do processo educacional para todos os alunos. Porém isso só não basta, pois, simultaneamente a essas transformações da pratica pedagógica para atender ao ensino inclusivo, é necessário que se garanta igualmente o que lhe é complementar, ou seja, o Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Esse atendimento consiste no que é diferente do que se ensina na sala de aula comum para todos os alunos ouvintes e que é fundamental para educação de alunos com surdez. Em síntese, temos que oferecer para garantir a inclusão escolar de alunos com surdez o que é específico e o que atende às suas necessidades para acompanhar os demais colegas, nas salas de aula.

Não há como considerar a surdez e a pessoa surda generalizando suas possibilidades de ser ou não incluída em uma escola. Todas elas tem direito, como pessoa, de estudar em escolas comuns. Lembrando que limitar restringir ou diferenciar uma pessoa pela sua deficiência ou diferença é uma forma de discriminação, que deve

ser banida.

De acordo com Dorziat (1998), o aperfeiçoamento da escola comum em favor de todos os alunos é primordial. A autora observa que os professores das escolas comuns precisam conhecer e usar a Língua de Sinais, o que também consideramos importante, mas não consideramos que a simples adoção dessa língua seja suficiente para escolarizar o aluno com surdez na escola comum e nem seja adotada para o ensino da Língua Portuguesa.

Contudo a inclusão escolar do aluno com surdez deve envolver essa criança, desde a educação infantil até a plena escolarização, visando à garantia de que ela possa, desde cedo utilizar os meios de que necessita para vencer suas dificuldades e usufruir de seus direitos escolares, exercendo sua cidadania, de acordo com os preceitos institucionais de nosso país.

## **METODOLOGIA**

O objetivo desse trabalho é investigar através de pesquisa bibliográfica os fatores primordiais para a inclusão dos alunos surdos na educação básica, a importância do contato da criança surda com a LIBRAS desde a educação infantil e investigar a história dos surdos, os conceitos patológicos e suas classificações. Identificar o que está sendo feito por parte dos professores para minimizar este problema, uma vez que, compromete o ensino – aprendizado do sujeito surdo. O propósito de realizar este trabalho surgiu através da curiosidade em aprofundar esse tema, uma vez que, de acordo com a lei as instituições de ensino devem garantir as pessoas surdas o acesso a comunicação em todos os níveis, etapas e modalidades da educação, desde a Educação Infantil até a Superior. Para realizar este trabalho foi elaborado uma pesquisa bibliográfico acerca do tema, sendo selecionados estudos referentes a importância da inclusão dos sujeitos surdos nas escolas regulares. Para seleção de materiais foi analisado o grau de relação com objetivo do trabalho.

Segundo, MARCONI e LAKATOS, (1992), ela pode ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica, com abordagens qualitativa de teses e artigos apoiado pelos conhecimentos estudados e embasado em pesquisas de autores renomados na área estudada.

Segundo Gil (2007), pesquisa é definida como procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são

propostos.

A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Notou-se que as instituições escolares precisam apoiar e lançar estratégias de ensino para atender esse público alvo. A escola deve ser um espaço de debate dialógico que entrelacem as culturas incluídas nesse espaço educativo. O local de ensino deve proporcionar ao educando um interesse em aprender, gerando assim formas significativas de aprendizados. As escolas necessitam estar em constante mudanças, atendendo a necessidade atual. As formas diferenciadas na forma de ensinar precisam ser revistas sempre que for constatada ineficiência de aprendizados. O discente busca frequentemente um ensino inovador. O uso de novas formas de aprender deve ser revista pelos professores.

O ensino baseado no lúdico favorece aprendizagens significativas. A ludicidade favorece um ensino construtivo e real. O aluno surdo chega à escola muitas das vezes com receio de não poder expressar suas idéias de forma integral. Por esse motivo o papel do intérprete deve ser construído na teoria e na prática de projetos educacionais, ao qual favorecem aos alunos surdos os aprendizados através de oficinas que ensinem essa língua gesto-visual, que proporcionará espaços mais inclusivos e acolhedores. Esse profissional é reconhecido por lei, ao qual regulamenta a sua atuação em várias esferas sociais e educativas. Os surdos antigamente não podiam fazer uso da sua língua, depois de diversas lutas esse reconhecimento de seu através da oficialização que reconheceu como língua entre a comunidade surda.

Segundo a fonte pesquisada cerca de 9,7 milhões de brasileiros possui deficiência auditiva (DA), o que representa 5,1% da população brasileira. Cerca de um milhão de deficientes auditivos com faixa etária de crianças e jovens até 19 ano, estão inclusos nesses dados. Por esse motivo, a qualificação com cursos de formação é essencial para acolher esses indivíduos.

A Organização Mundial de Saúde (2011) constatou que cerca de 28 milhões de brasileiros possuem algum tipo de problema auditivo. Esses dados em comparativo aos do IBGE está evidente na contingência de lançar políticas publicas que atendam a essas necessidades sociais dessa população.

## CONCLUSÃO

A adoção de práticas educacionais em favor da inclusão dos alunos com surdez na escola comum, investigamos duas unidades de Ensino Fundamental de rede municipal com programa sistematizado de atendimento do aluno com surdez, buscando compreender quais eram os principais impedimentos ao rendimento escolar desses alunos na escola comum. Onde a falta de preparo dos profissionais da escola, especificamente dos professores, explicita a urgente necessidade de se implantar a formação continuada dos professores, a partir de novos parâmetros suscitados pela inclusão.

Os cursos de formação inicial em nível superior e os que são oferecidos pelas redes de ensino, para atualizar, capacitar e aperfeiçoar os professores, não estão estruturados de forma a atender as necessidades do professor. Concordamos então com Lacerda e Góes (2000) sobre a necessidade de se ampliar o processo de formação profissional dos professores para que possam estar aptos a lidar com as especificidades e a especialidade da educação de todos e das pessoas com surdez, mas acreditamos que devam ampliar essa questão, pensando em um professor qualificado e responsável para o Atendimento Educacional especializado.

Visando a inclusão plena torna-se imprescindível que o sujeito surdo tenha oportunidades iguais a qualquer outro sujeito isto somente acontecerá se lhe for permitido à aprendizagem de uma língua que lhe proporcione esta interação com a sociedade, há também outro fator importante para esta interação que é a convivência com a comunidade surda que tem muita importância no desenvolvimento da identidade, pois nessa comunidade a língua de sinais ocorre de forma espontânea e efetiva e todo sujeito precisa interagir em seu meio, apropriar-se de sua cultura e de sua história, e formar sua identidade por intermédio do convívio com o outro.

Como barreiras encontradas pelos surdos ainda são muitas mesmas existindo diversas leis que requeiram a igualdade deles em relação à coletividade e que preveja que as adaptações devem ser feitas para esses indivíduos se integrem á sociedade, principalmente, no âmbito educacional. O ato de incluir socialmente esses cidadãos vai muito além do que o previsto no papel: deve ser realizados grandes transformações sociais e educacionais para que eles sejam plenamente aceitos. E é com essas transformações que a comunidade surda conseguir atingir seus objetivos de ter atendidos aos seus direitos básicos mais como transporte, lazer, e serviços, como qualquer outro cidadão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto Nº 5.626. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Publicada no Diário Oficial da União em 22/12/2005.

BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial. **EDUCAÇÃO INFANTIL. Saberes e Práticas da Inclusão: Dificuldades de comunicação e sinalização - Surdez.** Portal MEC, Brasília, 2006.

CARTILHA DO CENSO 2010 – Pessoas com Deficiência. Brasília: SDHPR/SNPD. 2012. 32 p. Acesso em: 21 de dezembro de 2021. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/cartilha-censo-2010-pessoas-com-deficiencia-reduzido.pdf>.

DAMÁZO, Mirlene Ferreira Macedo e ALVES, Carla Barbosa **Atendimento Educacional Especializado do aluno com surdez.** – São Paulo: Moderna, 2010.

DIAS, V. L. L. **Rompendo a barreira do silêncio: interações de uma aluna surda incluída em uma classe do ensino fundamental.** 2006. 164f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2006.

LORENZINI, N.M.P.. **Aquisição de um conceito científico por alunos surdos de classes regulares do Ensino Fundamental. 2004. Dissertação** (mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução.** São Paulo: Atlas, 1985

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE 2011. Relatório mundial sobre a deficiência. Tradução Lexicus Serviços Linguísticos. - São Paulo: SEDPcD, 2012. 334 p. Acesso em: 22 de dezembro de 2021. Disponível em: [http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/RELATORIO\\_MUNDIAL\\_COMPLETO.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/RELATORIO_MUNDIAL_COMPLETO.pdf).

SANTOS, Fábio Rocha et al. **Metodologia da pesquisa.** – São Paulo: Pearson Prentice Hall 2010.

KIKUICHI, Vivian Zerbinatti da Fonseca et al. **Processos interativos com a pessoa surda.** – São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2011.